

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP
SEI Nº 0012900146.00316/2024-31

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação Marcela Freitas da Costa Salles, designado(a) por meio da Portaria nº 2.239, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Ofício Interna nº 206/2025 da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, e com a respectiva autorização do Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de EQUIPAMENTOS PARA VIDEOMONITORAMENTO, visando atender às necessidades do Centro de Controle de Câmeras das Unidades e Cadeias Públicas de Pernambuco vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 797.484,60 (setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação serão oriundas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), conforme NOTA TÉCNICA N° 236/2024/DIMAT/CGAIT/DIRPP/SENAPPEN/MJ, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 08016.013686/2024-17 (Id. n° 68298475), o prazo de aplicação do repasse foi prorrogado (PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP N° 530, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 - Id. 79060123) acerca dos objetos propostos em Plano de Aplicação de Recursos do FUNPEN do exercício 2016 para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.10. Pessoas Físicas;

3.4.11. Agricultor Familiar/ Produtor Rural.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

9.1.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

- 9.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 9.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 9.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7.** Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 9.8.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.9.** No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.
- 9.10.** Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11.** O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 9.12.** A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.
- 9.12.1.** A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.13.** Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
- 9.14.** Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos

desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta Catálogo/folders técnico do fabricante ou ficha técnica detalhada, contendo as especificações do produto ofertado, quando aplicável, demonstrando o atendimento aos requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência, ressalvado o item 17 do lote único, do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.3. deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;

- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da

administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA ou áreas correlatas.

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote.

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos

lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação.

A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.2.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.4. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4. 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Marcela Freitas da Costa Salles
Pregoeira/Agente de Contratação 84.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP
SEI Nº 0012900146.000316/2024-31

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº 0012900146.000316/2024-31

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de **EQUIPAMENTOS PARA VIDEOMONITORAMENTO**, visando atender às necessidades do Centro de Controle de Câmeras das Unidades e Cadeias Públicas de Pernambuco vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência;
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021;
- 1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão agrupados em lote único e descritos conforme os quadros descritos no **Anexo D**.
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item **2. do ETP**), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

- 2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item **7. do ETP**), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

- 2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item **16. do ETP**), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.4.1 A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item **11. do ETP**), anexo deste Termo de Referência.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

- 2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto;
- 2.5.2. Assim, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que o objeto licitado consiste no fornecimento de equipamentos de videomonitoramento, atividade que não demanda a conjugação de esforços de múltiplas empresas para sua adequada execução.

2.5.3. Ressalta-se, ainda, que não se verifica complexidade técnica relevante nem grande vulto na contratação que justifique a formação de consórcios, tendo em vista que se trata de bem comum, amplamente disponível no mercado, e cujo quantitativo a ser adquirido não impõe limitações operacionais ou técnicas ao fornecimento por empresa individualmente considerada.

2.5.4. Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio atende de maneira mais adequada ao interesse público, ao preservar a simplicidade do certame, facilitar a gestão e fiscalização contratual e prestigiar os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e moralidade administrativa.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, tendo em vista que a execução do objeto requer estrutura organizacional, equipe técnica e logística compatíveis apenas com pessoas jurídicas devidamente constituídas.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar e produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto desta refere-se exclusivamente à fornecimento de materiais de Equipamentos de Videomonitoramento, itens estranhos à atividade típica do produtor rural e do agricultor familiar.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na Tabela do quadro resumo deste Termo de Referência (**Anexo D**), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

- Todos os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso e não devem constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end-of-sale, end-of-support ou end-of-life do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento.
- Todos os equipamentos e suas partes devem possuir número de série com garantia reconhecida pelo seu fabricante no Brasil.
- Os equipamentos devem ser devidamente instalados pela contratada quando realização da entrega no seu destino final, sem ônus para o Governo do Estado.

3.1.2. O licitante deverá observar e atender às normas técnicas e legais aplicáveis ao objeto, bem como aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, desempenho e segurança, conforme a legislação vigente. Deverão ser consideradas, quando aplicável, a homologação junto à ANATEL para equipamentos de telecomunicações, as normas técnicas de infraestrutura e instalações, as certificações elétricas e de segurança emitidas pelo INMETRO, bem como os padrões e normas internacionais relativos a redes de dados e alimentação por PoE, tais como os estabelecidos pelo IEEE e IEC.

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

3.2.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto durante o período de garantia será de inteira responsabilidade do fornecedor, o qual deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para a execução das intervenções necessárias, a serem realizadas no local de instalação, quando demandado.

3.2.5. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituído deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento.

3.2.6. Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE.

Tipo de Substituição	Prazo Máximo	Condições Sucidadas
Substituição Temporária	7 dias úteis após a constatação de falha ou indisponibilidade do equipamento.	- A substituição deve garantir o funcionamento do equipamento de forma contínua e segura, sem prejuízo à operação. - O equipamento temporário deve ter capacidade equivalente ou superior ao gerador original para suprir as necessidades operacionais da CONTRATANTE.
Troca Definitiva	15 dias corridos a partir da solicitação de troca definitiva.	- O equipamento definitivo deve ser novo ou reconhecido em perfeito estado de funcionamento, com capacidade igual ou superior ao original. - A instalação do novo equipamento deve seguir os padrões técnicos e normativos vigentes, com garantia mínima de 12 meses após a troca.

3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega dos bens será realizada de **forma imediata**, em remessa única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho;

3.3.2 A entrega e a instalação serão realizadas no endereço das unidades prisionais constantes na ordem de fornecimento, e designadas na tabela abaixo, da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, mediante agendamento prévio por meio do telefone (81) 3184- 1545, do Centro de Controle de Câmeras, no

horário das 08h às 17h e em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, e/ou pelo e-mail: cccs@seres.pe.gov.br, onde os materiais serão conferidos e recebidos:

Nº	UNIDADE PRISIONAL	ENDEREÇO
1	CPFAL	Av. Rinaldo Pinho Alves, 50 Caetés II, Paratibe. CEP 53540-170 Fone: (81) 3184-2280
2	PABA	Rua Nova Projetada, s/n - São Cristóvão, Arcoverde - PE Cep: 56500-000 Fone(s): 87 3821-8566
3	PDAD	Loteamento Novo Pontal - Prado, Pesqueira - PE Cep: 55200-000 Fone(s): 87 3835-8242
4	PDEG	Av. Jatobá, 640 - Henrique Leite, Petrolina - PE Cep: 56300-000 Fone(s): 87 3866-6633
5	PJPS	Av. Espírito Santo, 36 - Vassoural, Caruaru/PE - PE Cep: 55000-000 Fone(s): 81 3719-9663
6	PSAL	BR 232 - Km 519 Loteamento São José - , Salgueiro - PE Cep: 56000-000 Fone(s): 87 3871-8555
7	PDEPG	PE 90, Km 23 Zona Rural Sítio Quebrajejum, Limoeiro - PE. Cep: 55700-000 Fone(s): 81 3628-8822
8	PIT I	Engenho Piracema de Cima, PE 27, Itaquianga-PE. Cep: 55950-000 Fone: 81 3614.1922
9	PIT III	Engenho Piracema de Cima, PE 27, Itaquianga-PE. Cep: 55950-000 Fone: 81 3614.1922
10	PIT IV	Engenho Piracema de Cima, PE 27, Itaquianga-PE. Cep: 55950-000 Fone: 81 3614.1922
11	PIT V	Engenho Piracema de Cima, PE 27, Itaquianga-PE. Cep: 55950-000 Fone: 81 3614.1922
12	Cadeia Publica de Lajedo	Rua Major Capitu, s/n, Mutirão, Lajedo/PE, CEP: 55.385-000.
13	UPM I	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
14	UPM II	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
15	UPM III	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
16	UPM IV	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
17	UPM V	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
18	UPM VI	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
19	UPM VII	Antigo Engenho St. Antônio Zona Rural no Município de Araçoiaba – PE, a cerca de 7.2KM do centro do mesmo.
20	Tacaimbo II	Rodovia BR 232, Tacaimbó
21	Tacaimbo III	Rodovia BR 232, Tacaimbó

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.3.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

3.3.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3.7 A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.8 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO,

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 797.484,60 (setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)**, distribuído em um único lote:

a) **Lote Único (ampla concorrência)** – Valor estimado total - R\$ 797.484,60 (setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos);

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão oriundas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), conforme NOTA TÉCNICA Nº 236/2024/DIMAT/CGAIT/DIRPP/SENAPPEN/MJ, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08016.013686/2024-17 (Id. nº 68298475), o prazo de aplicação do repasse foi prorrogado (PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP Nº 530, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 - Id. 79060123) acerca dos objetos propostos em Plano de Aplicação de Recursos do FUNPEN do exercício 2016 para o presente exercício, na classificação abaixo:

4.2.2. NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos lotes forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME e EPP pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

4.3.3. O presente processo enquadra-se no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a Administração Pública, podendo, inclusive, acarretar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado.

4.3.4. No caso em análise, a contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos destinados à implantação de sistema de videomonitoramento nas unidades prisionais, o que exige integração técnica e operacional entre os componentes do sistema e a execução centralizada das etapas de entrega, instalação e configuração.

4.3.5. A fragmentação da execução entre diferentes fornecedores comprometeria a funcionalidade e a eficiência do sistema, além de elevar os riscos operacionais e de segurança, especialmente considerando o acesso restrito e controlado ao interior das unidades prisionais. A entrada de múltiplas equipes de empresas distintas nesses ambientes poderia aumentar a vulnerabilidade da segurança interna, bem como dificultar o controle e a fiscalização das atividades realizadas, contrariando os protocolos de segurança vigentes.

4.3.6. Dessa forma, a contratação conjunta e integrada, sob responsabilidade de um único fornecedor, mostra-se a alternativa mais segura, eficiente e vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de **FORNECIMENTO INTEGRAL** com entrega **IMEDIATA**.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL / POR LOTE**.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que:

a. O objeto da presente contratação trata-se de lote comum para o qual a modalidade de licitação “Pregão Eletrônico” oferece bastante economia;

b. A disputa aberta é a mais parecida com o tipo usualmente realizado anteriormente pelo Estado, com bons índices de sucesso, especialmente no caso em apreço (objeto comum), que costuma atrair várias empresas aptas a participar do certame;

c. Trata-se de Registro de Preços, sendo o parcelamento em lote importante para ampliar a participação de empresas no certame.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. Para todos os itens, a proposta enviada deverá ser acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios e técnicos, visando assegurar a conformidade e a qualidade dos equipamentos ofertados:

a) Catálogo/folders técnico do fabricante ou ficha técnica detalhada, contendo as especificações do produto ofertado, quando aplicável, demonstrando o atendimento aos requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência, ressalvado o item 17.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Os requisitos de habilitação jurídica estarão dispostos no edital da presente contratação.

5.3.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.2. Será considerado compatível em características o fornecimento EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO, MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA ou áreas correlatas.

5.3.2.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote.

5.3.2.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por esta ser a medida necessária para a comprovação de experiência mínima compatível com o objeto. Tal exigência considera as características, quantitativos e prazos da contratação, de modo a assegurar que a licitante possua capacidade técnica e operacional adequada para a execução do contrato, dada a relevância do objeto a ser pactuado.

5.3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.3.1. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso V do Decreto nº 54.700, de 16 de maio de 2023.

6.1.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) foi uma decisão estratégica fundamentada na necessidade de otimização dos recursos públicos. Trata-se de um modelo que se mostra adequado quando não é possível definir, com exatidão, os quantitativos a serem demandados ao longo do período de vigência da ata, em razão de variações decorrentes de fatores operacionais da infraestrutura existente. Inclusive, optamos pela realização de pregão eletrônico para registro de preços, para que não seja necessária a realização de outro procedimento licitatório, para novas demandas que possam surgir. Vale lembrar que a opção pela adoção do SRP, para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes.

6.1.3. Ademais, o SRP permite à Administração realizar contratações de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, evitando aquisições excessivas ou insuficientes. Dessa forma, contribui para a otimização dos recursos públicos, ao minimizar custos administrativos e assegurar maior celeridade no atendimento das demandas. Além disso, a centralização do procedimento licitatório em um único processo promove maior padronização, transparência e controle, assegurando condições uniformes de fornecimento e preços previamente registrados, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento que regem as contratações públicas.

6.1.4. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a SEAP possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata.

6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1 A Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1. A Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização é o único órgão participante deste Registro de Preços.

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1 O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação por órgãos ou entidades não participantes.

6.6.2. A não previsão de adesão por órgãos não participantes se justifica devido à necessidade de preservar a eficiência da contratação, assegurando que a execução contratual esteja alinhada ao planejamento original, às quantidades estimadas e à capacidade de atendimento da contratada. A inclusão de novos aderentes poderia comprometer a agilidade, sobretudo, diante da urgência que motivou a elaboração do presente instrumento.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obrigações da entidade gerenciadora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.2 deste Termo de Referência.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1. O Detentor da Ata será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1. As obrigações da Contratada serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões expostas neste termo de referência: considerando o baixo vulto da contratação e a baixa complexidade do objeto pretendido.

7.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail: cccs@seres.pe.gov.br, ou tel (81)3184-1545, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP - (antiga Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES), Rua do Hospício 751, Boa Vista, Recife - PE, CEP: 50050-050, no setor do Centro de Controle de Câmeras da SEAP-CCCS.

7.7.4. A Gestão da contratação ficará a cargo da **Gerência da Tecnologia da Informação - GTI**, conforme os parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

7.7.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo do **Centro de Controle de Câmeras - CCCS**, conforme os parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.2. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C - ETP

Anexo D - Quadro Resumo

José Joacy Pereira Matrícula - 3312968/01 SEAP - SEAPEN/CCCS

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade(Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias corridos **LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:**

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO PROCESSO Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Local, _____ de _____ de 202____.

Nome Assinatura Cargo

ANEXO C
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DE TIC

Planejamento de Contratações de Soluções de TIC Processo Administrativo nº SEI 0012900146.000316/2024-31

Projeto: Aquisição de Equipamentos para compor o Sistema de Videomonitoramento, visando atender as necessidades do Centro de Controle de Câmeras das Unidades e Cadeias Públicas de Pernambuco
vinculadas à da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
28/10/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	José Joacy Pereira

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC

1. PREÂMBULO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento da etapa de planejamento de uma contratação, servindo como base para as próximas etapas, como a adesão à Ata de Registro de Preços ou a construção do Termo de Referência. **SEI 0012900146.000316/2024-31**

Fundamentação:

- Art. 6º, XX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012;
- Art. 6º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Centro de Controle de Câmeras da SEAP - CCCS identificou a necessidade de ampliação e modernização e recomposição da infraestrutura de videomonitoramento (CFTV) nas Unidades Prisionais e Cadeias Públicas do Estado de Pernambuco.

Atualmente o sistema de videomonitoramento, opera com dificuldades, pois existem equipamentos obsoletos ou tecnologicamente defasados, cujo desempenho já não atende às atuais exigências de resolução de imagem, capacidade de armazenamento, confiabilidade e integração com os sistemas existentes. Além disso, é necessária a modernização tecnológica da solução de CFTV, com vistas à padronização da infraestrutura, ao aumento da estabilidade operacional, à melhoria da qualidade das imagens, à ampliação da capacidade de expansão futura e à integração ao Centro de Controle de Câmeras da SEAP.

Ademais é necessário a ampliação do sistema de videomonitoramento, em razão da inauguração de novas unidades prisionais, da expansão de pavilhões, da criação de novas áreas operacionais e do reforço da vigilância em pontos sensíveis, tais como muralhas, guaritas, acessos, áreas comuns e perímetros externos. Essas novas unidades ainda não possuem infraestrutura adequada e não contam com equipamentos ou sistemas instalados, o que reforça a urgência da contratação de solução tecnológica padronizada, segura e escalável, capaz de atender tanto às unidades existentes quanto às novas.

Outrossim, é essencial adequar a infraestrutura lógica e elétrica, indispensável à instalação e ao pleno funcionamento dos equipamentos, abrangendo, entre outros elementos, switches, racks, cabeamento estruturado e conversão de mídias.

Dessa forma, a contratação proposta não se limita à mera aquisição de equipamentos, mas visa à recomposição e ao fortalecimento da solução de videomonitoramento como um todo, assegurando condições mínimas de operação, segurança, confiabilidade e continuidade do serviço público essencial, visando assegurar maior eficiência no controle e segurança institucional. A contratação permitirá substituir equipamentos obsoletos e ampliar o alcance do sistema, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º c/c § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação da Área Requisitante	Nome do responsável
Centro de Controle de Câmera da SEAP - CCCS/SEAP	José Joacy Pereira Matrícula: 3312968/1

Identificação da Área Técnica	Nome do responsável
Centro de Controle de Câmera da SEAP - CCCS/SEAP	Rinaldo Carneiro Correia da Silva Matrícula: 3321584/01

Fundamentação:

- Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 6º, da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024.

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

A contratação proposta está em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) para o exercício de 2026, conforme determina a Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97/2023 e o Decreto nº 55.861/2023.

Além disso, a contratação atende às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando que o sistema de videomonitoramento seja tratado com integridade, segurança, transparência e finalidade legítima, conforme os princípios legais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 2º-G, da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006;
- Art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023
- Art. 8º, Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá prover uma solução tecnológica completa para o sistema de videomonitoramento nas unidades prisionais do Estado de Pernambuco, contemplando tanto as unidades já existentes quanto as novas unidades prisionais a serem inauguradas.

A solução deverá atender aos seguintes requisitos:

Características Gerais:

- a) Os equipamentos deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais do fabricante;
- b) Garantia mínima de 12 meses do fabricante;
- c) Todos os equipamentos deverão atender às especificações técnicas exigidas, apresentando desempenho compatível com as necessidades operacionais do sistema e padrões atuais de tecnologia;
- d) Todos os componentes dos equipamentos deverão ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia ou impedir a realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada.

1. Gravador de Vídeo em Rede (NVR)

- Saída de vídeo HDMI com suporte mínimo às resoluções: 3840x2160 (4K), 1920x1080, 1280x1024 e 1280x720
- Saída de vídeo VGA com suporte mínimo às resoluções: 1920x1080, 1280x1024 e 1280x720
- Suporte mínimo às resoluções de gravação:

8 MP (4K), 5 MP, 4 MP, 3 MP, 2 MP (Full HD/1080p), 1 MP (720p), D1 e CIF

- Capacidade mínima de gravação: 32 canais
- Capacidade mínima de armazenamento interno instalada ou suportada: 10 TB • Compatibilidade com

alimentação PoE integrada ou solução equivalente

- Portas USB: mínimo de 3 portas USB (sendo ao menos 1 frontal) • Compatível com câmeras IP (mínimo de 32 canais)

- Garantia mínima: 12 meses

2. Disco Rígido

- Interface: SATA III ou superior • Fator de forma: 3,5"
- Cache mínimo: 256 MB
- Capacidade mínima: 10 TB
- Velocidade de rotação mínima: 7200 RPM ou tecnologia equivalente para uso em videomonitoramento

3. Câmera Fixa (Bullet IP)

- Tecnologia: TCP/IP com transmissão via rede • Resolução mínima: 2 MP (1920 x 1080 pixels) • Frame rate mínimo: 30 FPS
- Compatível com sistemas operacionais Windows e Linux • Ajuste automático de imagem e chaveamento IR
- Lente fixa com distância focal mínima equivalente a 2,8 mm • Alcance mínimo do infravermelho: 30 metros

4. Câmera Móvel (Speed Dome)

Compatível com os padrões HDCVI, AHD, HDTVI, Analógico ou tecnologia equivalente Alimentação PoE+ padrão IEEE 802.3at ou superior

Resolução mínima: Full HD (1920 x 1080)

Zoom óptico mínimo equivalente à faixa de 4,8 a 120 mm Velocidade mínima de movimento:

- Pan: até 500°/s ◦ Tilt: até 300°/s

Compressão de áudio compatível com G.711A, G.711MU, G.726, AAC ou equivalentes

- Condições mínimas de operação: ◦ Temperatura: -10 °C a 60 °C
- Umidade relativa: inferior a 90%

5. Switch PoE – 5 Portas

- Tipo: gerenciável
- Quantidade mínima: 5 portas Gigabit Ethernet com PoE • Garantia mínima: 12 meses

6. Switch PoE – 24 Portas Gigabit

- Tipo: gerenciável inteligente
- 24 portas RJ-45 10/100/1000 Mbps com PoE+ • Mínimo de 4 portas SFP de 1000 Mbps
- Capacidade mínima de comutação: 56 Gbps ou superior • Potência total PoE mínima: 180 W
- Garantia mínima: 12 meses

7. Conversor de Mídia Gigabit

- Interface: 10/100/1000TX para 1000SX ou LX • Acompanhado de fonte de alimentação
- Manual do fabricante incluso

8. Mini Rack

- Padrão: 19"
- Altura mínima: 12U
- Ventilação: mínimo de 2 ventiladores • Porta com fechadura e chave
- Mínimo de 2 réguas de tomadas 2P+T, totalizando ao menos 8 tomadas

9. Smart TV

- Tamanho mínimo: 55" • Tecnologia: LED
- Resolução mínima: Full HD • Conversor digital integrado • Conectividade mínima:
 - 3 entradas HDMI
 - 1 porta LAN (RJ-45) ◦ 1 porta USB
 - 1 saída óptica
- Alimentação: bivolt automático (110–220 V / 60 Hz) • Garantia mínima: 12 meses

10. Estabilizador

- Tipo: microprocessado • Potência mínima: 5 kVA
- Mínimo de 4 estágios de estabilização • Tensão de entrada: 115/220 V

- Tensão de saída: 115 V • Eficiência mínima: 94%
- Frequência nominal: 60 Hz \pm 0,5%
- Tempo de resposta máximo: 0,5 ciclo • Conformidade com a NBR 14373
- Garantia mínima: 12 meses

11. Computador Desktop

Processador: AMD Ryzen 5 Pro, Intel Core i5 ou equivalente de geração atual

- Memória RAM mínima: 16 GB DDR4
- Armazenamento mínimo: SSD 256 GB padrão M.2
- Vídeo: integrado (AMD Radeon Graphics, Intel UHD Graphics ou equivalente) • Monitor: mínimo de 21" e máximo de 24"
- Sistema operacional: Windows 11 Pro, devidamente licenciado

12. Caixa Hermética Plástica

- Material: policarbonato ou material equivalente • Dimensões aproximadas: 24 x 19 x 9 cm
- Acessórios de vedação e fixação inclusos
- Suporte para instalação em parede, tubos ou mastros • Prensa-cabos para RF e LAN

13. Conector de Fibra Óptica (Kit com 50 unidades)

- Tipo: SM SC APC
- Fibra monomodo
- Certificação ANATEL
- Embalagem original e lacrada do fabricante

14. Cabo de Fibra Óptica Drop

- Tipo: monomodo para redes FTTX (FTTH/FTTA) • Padrão: G.657 ou superior
- Revestimento LSZH, resistente a UV e chama • Autossustentado para vãos de até 80 metros • Certificação ANATEL

15. Cabo de Rede UTP

- Categoria mínima: Cat5e • Condutor: 100% cobre
- Comprimento: caixa com 305 metros

16. Conector RJ45 (Kit com 100 unidades)

- Tipo: macho
- Categoria mínima: Cat5e
- Blindado ou solução equivalente • Embalagem apropriada

17. Tomada Dupla de Rede RJ45

- Cor: branca
- Compatível com conectores das categorias Cat5e e Cat6
- Padrão de instalação compatível com infraestrutura predial

Fundamentação Legal

Art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022

5.1. PREMISSAS

Seguem as premissas iniciais dessa contratação:

Garantir o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento novos e de primeiro uso, assegurando a qualidade e a durabilidade dos materiais adquiridos;
Escolher o modelo de contratação mais adequado à realidade e às necessidades específicas do Centro de Controle de Câmeras da SEAP (CCCS), priorizando a economicidade e a eficiência operacional;
Garantir a prestação do serviço de garantia dos equipamentos com a rapidez necessária para assegurar a continuidade das atividades de vigilância e monitoramento das unidades prisionais;
Assegurar a disponibilidade orçamentária, utilizando recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), conforme previsto na classificação orçamentária do Termo de Referência;
Ofertar um serviço de qualidade, transparente e íntegro, em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade e eficiência da Administração Pública;
Cumprir todas as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis à contratação pública e à área de segurança eletrônica; Evitar a participação de consórcios e subcontratações, garantindo a execução integral do objeto por empresas qualificadas;
Assegurar que a entrega e instalação dos equipamentos ocorram dentro dos prazos e condições estabelecidos, respeitando as exigências de segurança e controle de acesso às unidades prisionais.

5.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

A presente necessidade de contratação tem por objetivo ampliar e qualificar o sistema de videomonitoramento (CFTV) nas Unidades Prisionais e Cadeias Públicas do Estado de Pernambuco, sob a coordenação do Centro de Controle de Câmeras da SEAP (CCCS).

O videomonitoramento é um instrumento essencial para o fortalecimento da segurança pública, permitindo o acompanhamento contínuo das atividades internas e externas das unidades prisionais, a prevenção de fugas, o controle disciplinar dos internos, bem como a proteção dos servidores e visitantes.

Em síntese, a necessidade do negócio fundamenta-se na implantação, ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da SEAP, de modo a elevar o nível de segurança e de controle nas unidades prisionais, fortalecendo a gestão penitenciária e contribuindo para a política de ressocialização do Estado.

5.3. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

ITENS	IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO
1	Gravador de Vídeo	GRAVADOR NVR - GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM, RESOLUCAO SUPORTADA NO MONITOR HDMI 3840X2160, 1920X1080, 1280X1024, 1280X720; RESOLUCAO SUPORTADA VGA 1 1920X1080, 1280X1024, 1280X720, SUPORTA 8MP(4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP, (FULL HD/1080P), 1MP(D/720P), D1, CIF1, CAPACIDADE DE GRAVAR 32 CANAIS, INCLUINDO HD DE 10TB PARA ARMAZENAMENTO DE IMAGENS, NA VERSAO POE COM PORTAS USB 2.0 TRASEIRA E 01 PORTA USB 2.0 DIANTEIRA, SUPORTE PARA CAMERAS IP 32 PORTAS

2	Disco Rígido	DISCO RIGIDO - PADRAO SATA III, FATOR DE FORMA 3.5 IN, CACHE 256MB, HD DE 10TB, VELOCIDADE DE 7200 RPM.
3	Câmera fixa	BULLET, TCP/IP, TRANSMISSÃO DIRETA PELA REDE, RESOLUÇÃO MINIMA DE 1920 X 1080 PIXELS, COMPATÍVEL COM WINDOWS, LINUX, SUPORTE A STREAM PRINCIPAL DE 30 FPS, PERMITE AJUSTE DE IMAGEM, CHAVEAMENTO IR AUTOMÁTICO OU VIA PROGRAMAÇÃO, LENTE DE 2,80 MM, ALCANCE DE 30 METROS, 2 MEGAPIXELS
4	Câmera móvel	CÂMERA DE CIRCUITO FECHADO - TIPO SPEED DOME COM GERADOR DE IMAGEM 1/2,8" OUSUPERIOR, CMOS OU CCD COM VARREDURA PROGRESSIVA, COM RESOLUÇÃO MINIMA 2MP(1920X1080 PIXELS) OU SUPERIOR; COM SENSIBILIDADE IGUAL OU INFERIOR 0,3 LUX EM MODOCOLORIDO E 0,03 LUX PRETO E BRANCO, SAÍDA UTP PARA CONEXÃO EM REDE TCP/IP RJ-45 100BASE-T, DEVE SUPORTAR OS PROTOCOLOS COMPATÍVEIS COM TCP/IP
5	Switch 5 Portas Poe	SWITCH - PARA REDE LOCAL ETHERNET, TIPO GERENCIÁVEL, 5 PORTAS POE GB
6	Switch 24 Portas Gigabit	SWITCH - COMUTADOR ETHERNET, TIPO SWITCH COM GERENCIAMENTO INTELIGENTE GIGABIT, FONTE REDUNDANTE INTERNA, HOT SWAPPABLE COM AJUSTE AUTOMÁTICO DE TENSÃO 110/220 VOLTS, COM 24 PORTAS POE+ 10/100/1000 RJ-45 COM NEGOCIAÇÃO AUTOMÁTICA, COM 04 PORTAS SFP 1000 MBPS, SUPORTA UM MÁXIMO DE 24 PORTAS 10/100/1000 COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA E MAIS 04 PORTAS SFP 1000BASE-X, OU UMA COMBINAÇÃO, ACOMPANHA CABO ELÉTRICO, SUPORTE E MANUAIS, ADAPTADORES NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO, KIT DE FIXAÇÃO EM GABINETE PADRÃO 19 POLEGADAS, PROCESSADOR MIPS A 500 MHZ, COM 32MB DE FLASH, TAMANHO DO BUFFER DE PACOTES DE 4.1MB, MEMÓRIA PADRÃO DE 128MB, COM CENTRO DE GERENCIAMENTO INTELIGENTE, INTERFACE DE LINHA DE COMANDO LIMITADA, NAVEGADOR DA WEB, GERENTE DE SNMP, IEEE 802.3 ETHERNET MIB, CAPACIDADE DE ROUTING/SWITCHING DE 56 Gbps, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO ATÉ 41,7 MBPS, COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO POE+ DE 180W, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES
7	Conversor Mídia Giga Mono A Par e Conversor Mídia Giga Mono B Par	CONVERSOR - CONVERSOR DE MÍDIA GIGABIT ETHERNET, TIPO 10/100/1000TX - TO 1000SX/LX, COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES
8	Mini Rack	RACK - PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PADRÃO: 19", DE ALTURA: 12 U, COM 2 VENTILADORES, GABINETE COM FECHADURA E CHAVE, 2 REGUAS DE TOMADA 2P + T COM 4 TOMADAS CADA, TOTALIZANDO 8 TOMADAS.
9	Smart TV 55"	TELEVISOR - A CORES, 55" MONITOR ULTRA HD 4K, TELA DE PONTOS QUÂNTICOS, RECURSOS DE VÍDEO: PROCESSADOR QUANTUM 4K 120HZ, HDR 1500, PQI 3800, CLEAR MOTION RATE 240 HLG, 02 ENTRADAS USB TRASEIRAS E 04 ENTRADAS HDMI TRASEIRAS, ETHERNET LAN BLUETOOTH, ENTRADA DE RÁDIO FREQUÊNCIA, ENTRADA COMPOSTO AVI E SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL, TV KEY, DIGITAL CLEAN VIEW, BUSCA AUTOMÁTICA DE CANAIS, LEGENDA IPV6 SUPPORT, WEB BROWSER E APLICATIVOS, CONNECT SHARE (HDD), WI FI INTEGRADO, ESPELHAMENTO SMARTPHONE/TV, SENSOR DE LUMINOSIDADE, ESMAECIMENTO UHD, MODO FILME E MODO NATURAL, DETECÇÃO DE BRILHO/COR ANYNET HDMI-CEC, BIVOLT, POTÊNCIA DE ÁUDIO 60W RMS - WOOFER INTEGRADO, MÚLTIPLAS SAÍDAS MULTROOM LINK, DOLBY DIGITAL PLUS, Q SYMPHONY, DECODIFICADOR DOLBY 5.1, SMART TV 4K, ACOMPANHA CONTROLE REMOTO E CABO DE FORÇA, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO, FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES- Marca: SEM MARCA
10	Estabilizador	ESTABILIZADOR - TIPO: MICROPROCESSADO, DE POTÊNCIA: 5 KVA, COM ESTÁGIOS DE ESTABILIZAÇÃO: 4, TENSÃO DE ENTRADA: 115/220 V, TENSÃO DE SAÍDA: 115 V, CORRENTE NOMINAL DE ENTRADA: 45/22 A, VARIÁÇÃO DE TENSÃO DE ENTRADA ADMITIDA: +/- 15% PARA 115 V E +/- 9% PARA 220 V, REGULAÇÃO DE SAÍDA: PERMANENTE E ESTABILIZADA, TEMPO DE RESPOSTA: <= 0.5 CICLOS, RENDIMENTO DA CARGA NOMINAL RENDIMENTO DE CARGA NOMINAL: >94%, FREQUÊNCIA NOMINAL: 60 HZ COM VARIÁÇÃO ADMITIDA DE +/- 0.5%, COM DISTORÇÃO HARMÔNICA, COM LEDS DE SINALIZAÇÃO PARA LEDS DE SINALIZAÇÃO PARA: REDE NORMAL E BAIXA/ALTA, CHAVE LIGA/DESLIGA: EMBUTIDA, COM PORTA FUSÍVEL EXTERNO, COM TOMADAS DE SAÍDA: 4 TRIPOLARES 2P + T UNIVERSAL ESPACADAS PARA FAZER USO DE ADAPTADORES, COM PROTEÇÃO PARA PROTEÇÃO PARA SUB/SOBRETENSÃO TRANSIENTE, COM SURTO DE TENSÃO E CURTO CIRCUITO, GARANTIA MÍNIMA GARANTIA: 12 MESES, COM CONFORMIDADE: NORMA NBR 14373

11	Computador desktop, CPU i5, AMD RYZEN 5 PRO ou superior	MICROCOMPUTADOR - ESTACAO DE TRABALHO FIXA,COM PROCESSADOR PARA DESKTOP DA LINHA INTEL CORE I5, AMD RYZEN 5 PRO OU SUPERIOR,DE 4 GHZ OU SUPERIOR,MEMORIA RAM,DE 16 GB OU SUPERIOR,CONTROLADORA DE DISCO PADRAO PCIE,COM 01 UNIDADE DE ARMAZENAMENTO,DE 512 GB,PADRAO SSD,TECLADO ABNT-2,MONITOR DE 23",RESOLUCAO MINIMA DE 1920 X 1080 A 60 HZ (FULL HD),MOUSE OPTICO,GIGABIT ETHERNET, WI-FI 6,GABINETE,ACONDICIONAMENTO APROPRIADO,SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO,GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, ON-SITE,COM CABOS, MANUAIS TECNICOS E DRIVERS DE INSTALACAO
12	Caixa Hermética Plástico	QUADRO DE PROTECAO - DO TIPO CAIXA HERMETICA, CONFECCIONADA EM PLASTICO POLICARBONATO,COM ALTURA DE 24,00CM,LARGURA DE 19,00CM,E PROFUNDIDADE DE 9,00CM,COM OS ACESSORIOS DE VEDACAO, SUPORTES PARA RADIO, PAREDE, TUBOS OU MASTROS, PRENSA-CABOS RF E LAN, INCLUINDO OS PARAFUSOS, PORCAS E DEMAIS ACESSORIOS PARA FIXACAO
13	Conector Fibra Óptica KIT 50und	CONECTORES - PARA CONECTORIZACAO DE CABOS OPTICOS DE CAMPO, EM REDES FTTX,MODELO SM SC APC, PARA FIBRA OPTICA MONOMODO, COM CERTIFICACAO ANATEL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LACRADA DO FABRICANTE
14	Cabo Fibra Óptica Drop	CABO DE FIBRA OPTICA - PARA INSTALACAO DE ACESSO FINAL TIPO DROP EM REDES FTTX (FTTH/FTTA),COM FIBRA REVESTIDA EM ACRILATO, MONOMODO, COM OPERACAO AEREO EM MODO AUTO SUSTENTADO PARA VAO MAXIMO DE 80 METROS, NUCLEO SECO, 1 FIBRA TIPO B1 G.657 (BAIXA SENSIBILIDADE A CURVATURA),REVESTIMENTO EXTERNO COM GRAU DE PROTECAO CONTRA RAIOS UV E CHAMA, TIPO LOW SMOKE ZERO HALOGEN, EM MATERIAL DE BAIXO ATRITO, POSSUINDO DOIS ELEMENTOS DE TRACAO METALICOS COM CONSTRUCAO BIPARTIDA,QUE ATENDA AS NORMAS BRASILEIRAS E SEJA HOMOLOGADO E CERTIFICADO PELA ANATEL, ACONDICIONADO EM BOBINA DE MADEIRA COM A MARCA DO FABRICANTE
15	Caixa Cabo UTP	CABO PAR TRANCADO - PARA CONEXAO DE REDE,ENCAPADO, 4 PARES 24AWG, COM MARCACAO METRICA DECRESCENTE DE 305 A 1M,CATEGORIA 5E. SEM BLINDAGEM, POSSUIRCERTIFICADO DE FLAMABILIDADE (UL OU ETL). CONFORME ESPECIFICACOES DA NORMAANSI/TIA/EIA-568-C. ATENDER AS DIRETIVAS ROHS
16	Conector RJ45 KIT 100und	CONECTORES - UTILIZADO PARA INTERLIGAR CABOS DE REDE,MACHO RJ45 CATEGORIA 5E BLINDADO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA
17	Tomada dupla de rede RJ45 branco	TOMADA - DE SOBREPOR, DUPLA, COM CONECTOR RJ-45 FEMEA CATEGORIA 5, SISTEMA X,COM CAIXA PLASTICA, ESPELHO E PARAFUSOS

5.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Os requisitos necessários constituem as condições mínimas indispensáveis para que a solução proposta seja considerada tecnicamente viável e adequada às necessidades institucionais. O não atendimento a qualquer um desses requisitos inviabiliza a adoção da solução.

A escolha de uma solução de videomonitoramento deve ser pautada em critérios rigorosos de segurança, confiabilidade, escalabilidade e eficiência operacional, garantindo o pleno atendimento às demandas da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) e do Centro de Controle e Comando de Segurança (CCCS).

Dessa forma, são considerados **requisitos necessários** para esta contratação:

Disponibilidade contínua e estável das imagens monitoradas;

Atualização tecnológica dos equipamentos e sistemas;

Possibilidade de expansão territorial do serviço;

Redução de riscos na execução e manutenção do sistema;

Integração entre os diferentes sistemas existentes;

Integração das ações provenientes de entes federativos distintos;

Padronização dos recursos tecnológicos utilizados;

- Racionalidade na aplicação e gestão dos recursos financeiros;
Garantia de economicidade e eficiência operacional;
Facilidade na fiscalização e acompanhamento da prestação do serviço;
Disponibilidade de recursos analíticos e de inteligência artificial;
Segurança na proteção, armazenamento e transmissão dos dados;
Ampliação das atividades de investigação e inteligência;
Agilidade no atendimento de ocorrências policiais e de defesa social;
Independência e fortalecimento das competências institucionais dos órgãos operativos de segurança pública e defesa social;
- Certificação dos materiais utilizados, conforme Portaria INMETRO nº 170/2012, ou comprovação de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente;
- Esses requisitos, articulados de forma integrada, formam o conjunto necessário e suficiente para garantir que a solução tecnológica atenda de maneira eficaz as necessidades identificadas, garantindo a continuidade dos serviços e a modernização da infraestrutura tecnológica no monitoramento da SEAP.

Fundamentação:

- Art. 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a definição da solução tecnológica mais adequada para o sistema de videomonitoramento nas unidades prisionais do Estado de Pernambuco, foi realizado levantamento preliminar de mercado com foco na análise das soluções disponíveis, fornecedores especializados e custos estimados. O levantamento permitiu identificar as principais alternativas tecnológicas, suas aplicações em ambientes institucionais de alta segurança e as tendências mais recentes no setor.

O levantamento identificou que o mercado de soluções de CFTV se apresenta **diversificado e competitivo**, tanto em relação às tecnologias ofertadas (analógica, digital ou IP) quanto à capacidade de armazenamento, resolução de câmeras, recursos de infravermelho, detecção de movimento e integração com sistemas de segurança existentes. Constatou-se, ainda, ampla disponibilidade de marcas, modelos e padrões de qualidade que atendem plenamente às exigências técnicas definidas, sem restringir a participação de potenciais fornecedores.

Comparando essas informações com as necessidades especificadas neste ETP, verifica-se que há **variedade suficiente de soluções** para garantir competitividade e vantajosidade no processo licitatório, promovendo melhores preços, prazos de entrega adequados e continuidade operacional das atividades de segurança institucional.

Com base no cenário analisado, foram consideradas as seguintes alternativas de contratação para atendimento da necessidade:

Solução 01 – Locação de equipamentos de videomonitoramento

A locação contempla o fornecimento e a manutenção contínua dos equipamentos, incluindo suporte técnico, substituição de peças e eventual atualização tecnológica. Apresenta como vantagem a redução do investimento inicial. No entanto, **para sistemas permanentes**, a modalidade tende a gerar **custo total mais elevado** ao longo do tempo e dependência do fornecedor para continuidade dos serviços essenciais.

Solução 02 – Processo licitatório próprio para aquisição

A realização de licitação específica para aquisição dos equipamentos possibilita **personalizar a solução** conforme as necessidades do ambiente prisional, assegurando maior controle técnico e financeiro sobre o projeto. Além disso, representa a alternativa **mais vantajosa do ponto de vista econômico-operacional**, considerando o uso permanente e intensivo dos equipamentos e o ciclo de vida prolongado típico desses sistemas.

Solução 03 – Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)

A adesão a Atas de Registro de Preços disponíveis no mercado apresenta maior agilidade ao processo de contratação. Entretanto, embora proporcione celeridade, essa alternativa pode não ser totalmente eficiente para atender às necessidades específicas da SEAP, pois os valores já estão previamente definidos na ARP, limitando a possibilidade de negociação. Dessa forma, o custo estabelecido pode não refletir a realidade atual da contratação ou gerar a melhor relação custo-benefício para a Administração.

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Locação de equipamentos de videomonitoramento
2	Realização de processo licitatório próprio para aquisição de equipamentos.
3	Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para garantir a implantação efetiva da solução tecnológica do sistema de videomonitoramento nas unidades prisionais do Estado de Pernambuco, foi realizado um levantamento preliminar das quantidades de equipamentos e serviços necessários. A estimativa considera o fornecimento de equipamentos destinados a contemplar 21 unidades prisionais e cadeias públicas,

A seguir, apresenta-se a estimativa detalhada das quantidades mínimas a serem contratadas para atender a demanda de todas as unidades prisionais contempladas.

Equipamentos de vídeo monitoramento - CFTV (INVESTIMENTO)				
Item	Descrição	Qtd. Fundo a Fundo	Qtd. Tesouro	Qtd. Total
1	Gravador de Vídeo	10	11	21
2	Disco Rígido	10	28	38
3	Câmera fixa	300	370	670
4	Câmera Móvel	10	28	38
5	Switch 5 Portas Poe	70	180	250
6	Switch 24 Portas Gigabit	20	10	30
7	Conversor Mídia Giga Mono A Par	70	123	193
8	Conversor Mídia Giga Mono B Par	70	123	193
9	Mini Rack	10	20	30
10	Smart TV 55"	10	0	10
11	Estabilizador	10	20	30
12	Computador desktop, CPU i5, 8GB RAM, HD 512 SSD	0	14	14

Relação do material de consumo para instalação do CFTV (CUSTEIO)				
Item	Descrição	Qtd Fundo	Qtd Tesouro	Qtd
1	Caixa Hermética Plástico	200	24	224
2	Conector Fibra Óptica KIT 50und	2	8	10
3	Cabo Fibra Óptica Drop	24	40	64
4	Caixa Cabo UTP	35	-	35
5	Conector RJ45 KIT 100und	4	16	20
6	Tomada dupla de rede RJ45 branco	-	20	20

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 24º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Requisitos		Soluções		
		Solução 1	Solução 2	Solução 3
Negócio	Requisito 1 - Controle patrimonial dos equipamentos	não atende	atende	atende
	Requisito 2 - Atender às demandas específicas da SEAP	não atende	atende	atende
	Requisito 3 - Economicidade a médio e longo prazo	não atende	atende	não atende
	Requisito 4 - Flexibilidade para ajustes conforme necessidades técnicas	não atende	atende	não atende
	Requisito 5 - Garantia de continuidade operacional	atende	atende	atende
Tecnológico	Requisito 1 - Atualização tecnológica adequada	atende	atende	atende
	Requisito 2 - Confiabilidade da solução	atende	atende	atende
	Requisito 3 - Conformidade com a infraestrutura atual	atende	atende	atende
	Requisito 4 - Atendimento às especificações técnicas	não atende	atende	não atende
	Requisito 5 - Suporte técnico compatível com a criticidade operacional	atende	atende	atende
Resultado da Análise		não viável	Viável	não viável

9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

A análise comparativa das alternativas avaliadas para atendimento às necessidades operacionais e tecnológicas da SEAP demonstrou que as seguintes soluções não atendem plenamente aos requisitos deste Estudo Técnico Preliminar:

Solução 1 – Locação de equipamentos de videomonitoramento

Embora proporcione atualização tecnológica contínua e menor investimento inicial, a locação resulta em gastos recorrentes. Além disso, não assegura o controle patrimonial dos equipamentos pela Administração, o que é essencial para garantir estabilidade operacional e segurança institucional nas unidades prisionais. Dessa forma, não se revela vantajosa sob a ótica econômico-financeira e de gestão pública.

Solução 3 – Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP)

A adesão a Atas de Registro de Preços (ARPs) vigentes poderia, em tese, conferir maior celeridade ao processo de contratação, ao dispensar a realização de novo procedimento licitatório. Todavia, tal alternativa não se revela a mais eficiente para o presente caso, pois restringe a possibilidade de negociação e pode não refletir, de forma adequada, as especificações técnicas atualizadas e as condições mais vantajosas atualmente praticadas no mercado.

Ademais, não é trivial identificar uma única ata que contemple integralmente todos os itens necessários, o que poderia ensejar a adesão a múltiplas Atas de Registro de Preços, aumentando a complexidade da gestão contratual e comprometendo a eficiência da contratação.

Essas soluções foram registradas como inviáveis neste ETP, para fins de histórico e fundamentação da escolha da solução mais adequada para a contratação.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

Para realizar a comparação de custos, os valores foram obtidos por meio de cotações disponíveis no sistema eFisco, permitindo a análise de preços dos equipamentos a serem adquiridos nesta licitação. Não foi feita análise de custo das soluções 01 e 03, tendo em vista a inviabilidade delas.

10.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Fonte	Descrição	Valor Unitário
FAF - FUNDO A FUNDO GP 3	Gravador de vídeo, disco rígido, câmera fixa, câmera móvel, switch 5 portas PoE, switch 24 portas gigabit, conversor de mídia Giga mono par A e par B, mini rack, SMART V 55", estabilizador, computador desktop com CPU i5, 8GB de RAM, HD 512 SSD, caixa hermética de plástico, conector de fibra óptica LIT (50 unidades), cabo de fibra óptica drop, caixa para cabo UTP, conector RJ45 kit (100 unidades) e tomada dupla de rede RJ45 na cor branca.	R\$ 24.802,52
FAF - FUNDO A FUNDO GP 4	Gravador de vídeo, disco rígido, câmera fixa, câmera móvel, switch 5 portas PoE, switch 24 portas gigabit, conversor de mídia Giga mono par A e par B, mini rack, SMART V 55", estabilizador, computador desktop com CPU i5, 8GB de RAM, HD 512 SSD, caixa hermética de plástico, conector de fibra óptica LIT (50 unidades), cabo de fibra óptica drop, caixa para cabo UTP, conector RJ45 kit (100 unidades) e tomada dupla de rede RJ45 na cor branca.	R\$197.300,00

RECURSO DO ESTADO G3	Gravador de vídeo, disco rígido, câmera fixa, câmera móvel, switch 5 portas PoE, switch 24 portas gigabit, conversor de mídia Giga mono par A e par B, mini rack, SMART V 55", estabilizador, computador desktop com CPU i5, 8GB de RAM, HD 512 SSD, caixa hermética de plástico, conector de fibra óptica LIT (50 unidades), cabo de fibra óptica drop, caixa para cabo UTP, conector RJ45 kit (100 unidades) e tomada dupla de rede RJ45 na cor branca.	R\$35.710,80
RECURSO DO ESTADO OPERAÇÃO DE CRÉDITO	Gravador de vídeo, disco rígido, câmera fixa, câmera móvel, switch 5 portas PoE, switch 24 portas gigabit, conversor de mídia Giga mono par A e par B, mini rack, SMART V 55", estabilizador, computador desktop com CPU i5, 8GB de RAM, HD 512 SSD, caixa hermética de plástico, conector de fibra óptica LIT (50 unidades), cabo de fibra óptica drop, caixa para cabo UTP, conector RJ45 kit (100 unidades) e tomada dupla de rede RJ45 na cor branca.	R\$596.045,46

10.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos		
	Ano 1	Ano 2	Total
Gravador de Vídeo	R\$ 2.701,00	sem custo	R\$ 2.701,00
Disco Rígido	R\$ 2.700,00	sem custo	R\$ 2.700,00
Câmera fixa	R\$ 289,00	sem custo	R\$ 289,00
Câmera Móvel	R\$ 2.900,00	sem custo	R\$ 2.900,00
Switch 5 Portas Poe	R\$ 397,00	sem custo	R\$ 397,00
Switch 24 Portas Gigabit	R\$ 865,00	sem custo	R\$ 865,00
Conversor Mídia Giga Mono A Par	R\$ 390,00	sem custo	R\$ 390,00
Conversor Mídia Giga Mono B Par	R\$ 390,00	sem custo	R\$ 390,00
Mini Rack	R\$ 490,00	sem custo	R\$ 490,00
Smart TV 55"	R\$ 2.200,00	sem custo	R\$ 2.200,00
Estabilizador	R\$ 500,00	sem custo	R\$ 500,00
Computador desktop, CPU i5, 8GB RAM, HD 512 SSD	R\$ 1.700,00	sem custo	R\$ 1.700,00

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A aquisição e instalação dos equipamentos para o sistema de videomonitoramento das unidades prisionais será realizada em **lote único**, garantindo padronização tecnológica, integração plena dos componentes e funcionamento adequado do sistema de CFTV. O parcelamento poderia gerar incompatibilidades entre equipamentos, elevar custos de gestão e manutenção, além de comprometer a eficiência da solução.

Como o acesso às áreas internas de segurança é restrito, a centralização das entregas sob a responsabilidade de um único fornecedor reduz riscos operacionais.

Os itens citados são amplamente disponíveis no mercado, não havendo prejuízo à competitividade. Dessa forma, o modelo adotado assegura maior segurança, economicidade e vantajosidade para a Administração.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 47º, inciso II e § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, inciso V e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição de equipamentos para o sistema de videomonitoramento representa uma medida estratégica essencial para a modernização da Secretaria de Administração Penitenciária de Pernambuco (SEAP). Essa iniciativa permitirá a melhoria da vigilância das unidades prisionais e cadeias públicas, garantindo a identificação imediata de incidentes e possibilitando respostas rápidas a situações de emergência, como tumultos, tentativas de fuga ou arremessos externos de materiais ilícitos pelas muralhas.

Espera-se que a aquisição desses equipamentos contribua significativamente para a proteção das instalações, prevenção de atividades criminosas e acompanhamento em tempo real das rotinas institucionais. Além disso, o aprimoramento do sistema possibilitará maior controle operacional, aumentando a eficiência das ações de segurança e promovendo maior segurança para servidores e população carcerária.

A realização dessa aquisição por meio uma licitação garante economicidade e celeridade, aproveitando o ganho de escala proporcionado pelo modelo, reduzindo o tempo de contratação e assegurando segurança jurídica ao processo, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade operacional da SEAP.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais diretos identificados. O descarte dos equipamentos antigos será feito conforme política de logística reversa do Estado de Pernambuco.

Fundamentação:

- Art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 11, inciso I e IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Sem providências a serem adotadas.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A solução de TIC a ser contratada consiste no fornecimento e na implantação de um sistema de videomonitoramento voltado à identificação segura de visitantes e à visualização e acompanhamento dos detentos nas unidades prisionais do Estado de Pernambuco, contribuindo para o reforço da segurança institucional e para a proteção dos Policiais Penais lotados nas referidas unidades.

A solução deverá contemplar os seguintes componentes:

Gravador de vídeo, disco rígido, câmera fixa, câmera móvel, switch 5 portas PoE, switch 24 portas gigabit, conversor de mídia Giga mono par A e par B, mini rack, SMART V 55", estabilizador, computador desktop com CPU i5, 8GB de RAM, HD 512 SSD, caixa hermética de plástico, conector de fibra óptica LIT (50 unidades), cabo de fibra óptica drop, caixa para cabo UTP, conector RJ45 kit (100 unidades) e tomada dupla de rede RJ45 na cor branca.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Equipamentos de vídeo monitoramento - CFTV						
Item	Descrição	Qtd. Fundo a Fundo	Qtd. Tesouro	Qtd. Total	V. Unitário	V. Total
1	Gravador de Vídeo	10	11	21	R\$ 2.701,00	R\$ 56.721,00
2	Disco Rígido	10	28	38	R\$ 2.700,00	R\$ 102.600,00
3	Câmera fixa	300	370	670	R\$ 289,00	R\$ 193.630,00
4	Câmera Móvel	10	28	38	R\$ 2.900,00	R\$ 110.200,00
5	Switch 5 Portas Poe	70	180	250	R\$ 397,00	R\$ 99.250,00
6	Switch 24 Portas Gigabit	20	10	30	R\$ 865,00	R\$ 25.950,00
7	Conversor Mídia Giga Mono A Par	70	123	193	R\$ 390,00	R\$ 75.270,00
8	Conversor Mídia Giga Mono B Par	70	123	193	R\$ 390,00	R\$ 75.270,00
9	Mini Rack	10	20	30	R\$ 490,00	R\$ 14.700,00
10	Smart TV 55"	10	0	10	R\$ 2.200,00	R\$ 22.000,00
11	Estabilizador	10	20	30	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
12	Computador desktop, CPU i5, 8GB RAM, HD 512 SSD	0	14	14	R\$ 1.700,00	R\$ 23.800,00
Total Equipamentos:						R\$ 814.391,00

Relação do material de consumo para instalação do CFTV (CUSTEIO)						
Item	Descrição	Qtd Fundo	Qtd Tesouro	Qtd	V. unitário	V. Total
1	Caixa Hermética Plástico	200	24	224	R\$ 28,00	R\$ 6.272,00
2	Conector Fibra Óptica KIT 50und	2	8	10	R\$ 68,00	R\$ 680,00
3	Cabo Fibra Óptica Drop	24	40	64	R\$ 399,00	R\$ 25.536,00
4	Caixa Cabo UTP	35	-	35	R\$ 699,00	R\$ 24.465,00
5	Conector RJ45 KIT 100und	4	16	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00

6	Tomada dupla de rede RJ45 branco	-	20	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
					Total	R\$ 58.953,00

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

A Secretaria de Administração Penitenciária de Pernambuco, por meio da aquisição de equipamentos especializados de videomonitoramento e segurança, visa modernizar e ampliar o sistema de CFTV, fortalecendo a eficiência operacional das unidades prisionais e cadeias públicas. A iniciativa contribui para a prevenção de rebeliões, motins e fugas, assegurando a ordem interna e a integridade de servidores, internos e visitantes. Os novos equipamentos possibilitarão monitoramento contínuo, confiável e integrado ao trabalho da força policial, promovendo gestão centralizada e padronizada das imagens pelo Centro de Controle e Comando de Segurança (CCCS). Isso garantirá maior eficiência na supervisão das atividades, rastreabilidade das ocorrências e suporte à tomada de decisões estratégicas.

Dessa forma, a contratação representa um investimento estratégico em segurança institucional, proporcionando melhoria na vigilância, fortalecimento da segurança e eficiência administrativa das unidades e cadeias públicas de Pernambuco.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

19. RESPONSÁVEIS

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<p>Rinaldo Carneiro Correia da Silva Matrícula: 3321584/01 Policial Penal Centro de Controle de Câmeras da SEAP - CCCS</p> <p>Contato: (81) 97117-4141 E-mail: rinaldo.carneiro@seap.pe.gov.br</p> <p>Recife, 28 de outubro de 2025.</p>	<p>José Joacy Pereira Matrícula: 3312968/1 Policial Penal - Coordenador Centro de Controle de Câmeras da SEAP - CCCS</p> <p>Contato: (81) 99771-0971 E-mail: jose.joacy@seap.pe.gov.br</p> <p>Recife, 28 de outubro de 2025.</p>

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar (ETP) e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Estadual nº 53.384/2022 e da Portaria ATI nº 44/2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

Matrícula: 3287351/01

Gerente de Tecnologia da Informação - GTI

ANEXO D

QUADRO RESUMO

LICITAÇÃO POR LOTE (GRUPO)

LOTE ÚNICO (GRUPO) G1							
Itens	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid.	Qtde	Valor unitário	Valor Total
1	5934664	311020	GRAVADOR NVR - GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM, RESOLUCAO SUPORTADA NO MONITOR HDMI 3840 X 2160, 1920 X 1080, 1280 X 1024, 1280 X 720; RESOLUCAO SUPORTADA VGA 1 1920 X 1080, 1280 X 1024, 1280 X 720, SUPORTA 8MP (4K), 5MP, 4MP, 3MP, 2MP, (FULL HD/1080P), 1MP (D/720P), D1, CIF1, CAPACIDADE DE GRAVAR 32 CANAIS, INCLUINDO HD DE 10TB PARA ARMAZENAMENTO DE IMAGENS, NA VERSAO POE COM PORTAS USB 2.0 TRASEIRA E 01 PORTA USB 2.0 DIANTEIRA, SUPORTE PARA CAMERAS IP 32 PORTAS	UND	21	R\$ 3.032,77	R\$ 63.688,17
2	4908503	463206	DISCO RIGIDO - PADRAO SATA III, FATOR DE FORMA 3.5 IN, CACHE 256MB, HD DE 10TB, VELOCIDADE DE 7200 RPM.	UND	38	R\$ 1.459,50	R\$ 55.461,00
3	5314488	620108	CAMERA DE SEGURANCA - BULLET, TCP/IP, TRANSMISSAO DIRETA PELA REDE, RESOLUCAO MINIMA DE 1920 X 1080 PIXELS, COMPATIVEL COM WINDOWS, LINUX, SUPORTE A STREAM PRINCIPAL DE 30 FPS, PERMITE AJUSTE DE IMAGEM, CHAVEAMENTO IR AUTOMATICO OU VIA PROGRAMACAO, LENTE DE 2,80 MM, ALCANCE DE 30 METROS, 2 MEGAPIXELS	UND	670	R\$ 266,51	R\$ 178.561,70
4	455872 - 3	623908	CAMERA DE CIRCUITO FECHADO - TIPO SPEED DOME COM GERADOR DE IMAGEM 1/2,8" OU SUPERIOR, CMOS OU CCD COM VARREDURA PROGRESSIVA, COM RESOLUCAO MINIMA 2MP (1920X1080 PIXELS) OU SUPERIOR; COM SENSIBILIDADE IGUAL OU INFERIOR 0,3 LUX EM MODO COLORIDO E 0,03 LUX PRETO E BRANCO, SAIDA UTP PARA CONEXAO EM REDE TCP/IP RJ-45 100BASE-T, DEVE SUPORTAR OS PROTOCOLOS COMPATIVEIS COM TCP/IP	UND	38	R\$ 2.864,38	R\$ 108.846,44
5	4834224	626423	SWITCH - PARA REDE LOCAL ETHERNET, TIPO GERENCIAVEL, 5 PORTAS POE GB	UND	250	R\$ 311,06	R\$ 77.765,00
6	355901-7	618777	SWITCH - COMUTADOR PARA REDE LOCAL ETHERNET 10/100/1000 COM 24 PORTAS GIGA POE P/ INSTALACAO EM RACK, TIPO SWITCH LAYER 2 EMPILHAVEL, 24 PORTAS 10/100/1000 RJ-45 COM AUTONEGOCIAÇÃO, MANUAL TECNICO E CABOS, PADRAO RACK DE 19 POLEGADAS, SFP, RJ45, POWER LINK, ATIVIDADE, ALIMENTACAO ELETRICA FORNECIDA DE 100 A 240 VAC	UND	30	R\$ 1.199,95	R\$ 35.998,50
7	3898288	382443	CONVERSOR MIDIA GIGA MONO A PAR - CONVERSOR DE MIDIA GIGABIT ETHERNET, TIPO 10/100/1000TX - TO 1000SX/ LCOM FONTE DE ALIMENTACAO E MANUAL DE INSTRUÇÕES	UND	386	R\$ 150,71	R\$ 58.174,06
8	223604 4	415162	RACK - PARA ACOMODACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PADRAO: 19", DE ALTURA: 12 U, COM 2 VENTILADORES, GABINETE COM FECHADURA E CHAVE, 2 REGUAS DE TOMADA 2P + T COM 4 TOMADAS CADA, TOTALIZANDO 8 TOMADAS.	UND	30	R\$ 473,00	R\$ 14.190,00
9	5223024	611855	TELEVISOR - A CORES, 55" MONITOR ULTRA HD 4K, TELA DE PONTOS QUANTICOS, RECURSOS DE VIDEO: PROCESSADOR QUANTUM 4K 120HZ, HDR 1500, PQI 3800, CLEAR MOTION RATE 240 HLG, 02 ENTRADAS USB TRASEIRAS E 04 ENTRADAS HDMI TRASEIRAS, ETHERNET LAN BLUETOOTH, ENTRADA DE RADIO FREQUENCIA, ENTRADA COMPOSTO AVI ESAIDA DE AUDIO DIGITAL, TV KEY, DIGITAL CLEAN VIEW, BUSCA AUTOMATICA DE CANAIS, LEGENDA IPV6 SUPPORT, WEB BROWSER E APLICATIVOS, CONNECT SHARE (HDD), WI FI INTEGRADO, ESPELHAMENTO SMARTPHONE/TV, SENSOR DE LUMINOSIDADE, ESMAECIMENTO UHD, MODO FILME E MODO NATURAL, DETECCAO DE BRILHO/COR ANYNET HDMI-CEC, BIVOLT, POTENCIA DE AUDIO 60W RMS - WOOFER INTEGRADO, MULTIPLAS SAIDAS MULTROOM LINK, DOLBY DIGITAL PLUS, Q SYMPHONY, DECODIFICADOR DOLBY 5.1, SMART TV 4K, ACOMPANHA CONTROLE REMOTO E CABO DE FORÇA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO, FABRICACAO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.	UND	10	R\$ 2.323,56	R\$ 23.235,60

10	2301776	467366	ESTABILIZADOR - TIPO: MICROPROCESSADO, DE POTENCIA: 5 KVA, COM ESTAGIOS DE ESTABILIZACAO: 4, TENSAO DE ENTRADA: 115/220 V, TENSAO DE SAIDA: 115 V, CORRENTE NOMINAL DE ENTRADA: 45/22 A, VARIACAO DE TENSAO DE ENTRADA ADMITIDA: +/- 15% PARA 115 V E +/- 9% PARA 220 V, REGULACAO DE SAIDA: PERMANENTE E ESTABILIZADA, TEMPO DE RESPOSTA: <= 0.5 CICLOS, RENDIMENTO DA CARGA NOMINAL RENDIMENTO DE CARGA NOMINAL: >94%, FREQUENCIA NOMINAL: 60 HZ COM VARIACAO ADMITIDA DE +/- 0.5%, COM DISTORCAO HARMONICA, COM LEDS DE SINALIZACAO PARA LEDS DE SINALIZACAO PARA: REDE NORMAL E BAIXA/ALTA, CHAVE LIGA/DESLIGA: EMBUTIDA, COM PORTA FUSIVEL EXTERNO, COM TOMADAS DE SAIDA: 4 TRIPOLARES 2P + T UNIVERSAL ESPACADAS PARA FAZER USO DE ADAPTADORES, COM PROTECAO PARA PROTECAO PARA SUB/SOBRETENSAO TRANSTENTE, COM SURTO DE TENSAO E CURTO CIRCUITO, GARANTIA MINIMA GARANTIA: 12 MESES, COM CONFORMIDADE: NORMA NBR 14373.	UND	30	R\$ 2.091,70	R\$ 62.751,00
11	598930 - 2	633035	MICROCOMPUTADOR - ESTACAO DE TRABALHO FIXA,COM PROCESSADOR PARA DESKTOP DA LINHA INTEL CORE I5, AMD RYZEN 5 PRO OU SUPERIOR,DE 4 GHZ OU SUPERIOR,MEMORIA RAM,DE 16 GB OU SUPERIOR,CONTROLADORA DE DISCO PADRAO PCIE, COM 01 UNIDADE DE ARMAZENAMENTO,DE 512 GB, PADRAO SSD, TECLADO ABNT-2,MONITOR DE 23", RESOLUCAO MINIMA DE 1920 X 1080 A 60 HZ (FULL HD), MOUSE OPTICO, GIGABIT ETHERNET, WI-FI 6,GABINETE,ACONDICIONAMENTO APROPRIADO, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO,GARANTIA MINIMA DE 5 ANOS, ON-SITE,COM CABOS, MANUAIS TECNICOS E DRIVERS DE INSTALACAO	UND	14	R\$ 2.970,00	R\$ 41.580,00
12	2942429	345404	QUADRO DE PROTECAO - DO TIPO CAIXA HERMETICA, CONFECCIONADA EM PLASTICO POLICARBONATO, COM ALTURA DE 24,00 CM,LARGURA DE 19,00 CM, E PROFUNDIDADE DE 9,00CM,COM OS ACESSORIOS DE VEDACAO, SUPORTES PARA RADIO, PAREDE, TUBOS OU MASTROS, PRENSA-CABOS RF E LAN, INCLUINDO OS PARAFUSOS, PORCAS E DEMAIS ACESSORIOS PARA FIXACAO.	UND	224	R\$ 142,22	R\$ 31.857,28
13	5119570	628182	CONECTORES - PARA CONECTORIZACAO DE CABOS OPTICOS DE CAMPO, EM REDES FTTX, MODELO SM SC APC, PARA FIBRA OPTICA MONOMODO, COM CERTIFICACAO ANATEL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LACRADA DO FABRICANTE	UND	10	R\$ 7,88	R\$ 78,00
14	5114209	628179	CABO DE FIBRA OPTICA - PARA INSTALACAO DE ACESSO FINAL TIPO DROP EM REDES FTTX (FTTH/FTTA),COM FIBRA REVESTIDA EM ACRILATO, MONOMODO, COM OPERACAO AEREO EM MODO AUTO SUSTENTADO PARA VAO MAXIMO DE 80 METROS, NUCLEO SECO, 1 FIBRA TIPO BLI G.657 (BAIXA SENSIBILIDADE A CURVATURA),REVESTIMENTO EXTERNO COM GRAU DE PROTECAO CONTRA RAIOS UV E CHAMA, TIPO LOW SMOKE ZERO HALOGEN, EM MATERIAL DE BAIXO ATRITO, POSSUINDO DOIS ELEMENTOS DE TRACAO METALICOS COM CONSTRUCAO BIPARTIDA,QUE ATENDA AS NORMAS BRASILEIRAS E SEJA HOMOLOGADO E CERTIFICADO PELA ANATEL, ACONDICIONADO EM BOBINA DE MADEIRA COM A MARCA DO FABRICANTE	UND	64	R\$ 466,50	R\$ 29.856,00
15	496640-6	605494	CABO PAR TRANCADO - PARA CONEXAO DE REDE, ENCAPADO, 4 PARES 24A WG, COM MARCACAO METRICA DECRESCENTE DE 305 A 1M,CATEGORIA 5E. SEM BLINDAGEM, POSSUIR CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE (UL OU ETL). CONFORME ESPECIFICACOES DA NORMA ANSI/TIA/EIA-568-C. ATENDER AS DIRETIVAS ROHS.	UND	35	R\$ 429,99	R\$ 15.049,65
16	3390730	463218	CONECTORES - UTILIZADO PARA INTERLIGAR CABOS DE REDE, MACHO RJ45 CATEGORIA 5E BLINDADO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UND	20	R\$ 0,42	R\$ 8,40
17	5020077	419521	TOMADA - DE SOBREPOR, DUPLA, COM CONECTOR RJ-45 FEMEA CATEGORIA 5, SISTEMA X,COM CAIXA PLASTICA, ESPELHO E PARAFUSOS	UND	20	R\$ 19,15	R\$ 383,00
VALOR TOTAL							R\$ 797.484,60

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP
SEI Nº 0012900146.000316/2024-31

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP
SEI Nº 0012900146.000316/2024-31

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico** nº 90103/2026, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) XXX¹, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de EQUIPAMENTOS PARA VIDEOMONITORAMENTO, visando atender às necessidades do Centro de Controle de Câmeras das Unidades e Cadeias Públicas de Pernambuco vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Secretaria SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO, com os quantitativos estimados abaixo definidos no Termo de Referência.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX							
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO ITEM	DO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE							XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em 19/01/2026, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o

GERENCIADOR convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

7.8. A contratação individual de itens registrados em lote de forma aglutinada somente será admitida se for comprovada a vantajosidade da aquisição mediante prévia pesquisa de mercado ou demonstração de que o deságio obtido no valor do item é igual ou superior ao do lote globalmente considerado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
- 9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

- 10.1.1. Descumprir as condições nela previstas;
- 10.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 10.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;
- 10.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- 10.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
- 10.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação,

hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

10.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

10.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 10.1.6.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

11.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

11.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

11.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

11.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

11.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

11.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 11.1.2 e 11.1.3. desta Ata.

11.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

11.3.1. na infração prevista no item 11.1.1: de 6 a 12 meses;

11.3.2. nas infrações previstas nos itens 11.1.2. e 11.1.3: até 6 meses.

11.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

11.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 11.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 11.1.2 e 11.1.3.

12. DA PUBLICAÇÃO

12.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90103/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP
SEI Nº 0012900146.000316/2024-31

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90103/2026, , PROCESSO Nº 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAP.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a). _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de EQUIPAMENTOS PARA VIDEOMONITORAMENTO, visando atender às necessidades do Centro de Controle de Câmeras das Unidades e Cadeias Públicas de Pernambuco vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 90103/2026, PROCESSO N° 0169.2026.AC 84.PE.90103.SAD.SEAPe** todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os valores indicados no PARÁGRAFO PRIMEIRO são meramente estimativos e os pagamentos devidos à CONTRATADA serão feitos conforme medições dos fornecimentos efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no **Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)**, conforme **NOTA TÉCNICA N° 236/2024/DIMAT/CGAIT/DIRPP/SENAPPEN/MJ**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 08016.013686/2024-17** (Id. n° 68298475), o prazo de aplicação do repasse foi prorrogado (**PORTARIA GABSEC/SENAPPEN/MJSP N° 530, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025 - Id. 79060123**) acerca dos objetos propostos em Plano de Aplicação de Recursos do FUNPEN do exercício 2016 para o presente exercício, na classificação abaixo:

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 19/01/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à **CONTRATADA**, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva dela.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO : O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3.2. do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3., também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma imediata, em remessa única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;

- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;
- XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

- II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;
- IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 10 (dez) dias úteis, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;
- IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à

CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XVIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa XXXXXX como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do fiscal do contrato.

a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;

- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa XXXXXX como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do gestor do contrato.

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do

CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;

d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - **Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - **Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e

seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;

e) a vantagem auferida em virtude da infração;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude,

práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o

presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Freitas da Costa Salles**, **4670604.120101** e matrícula **4670604**, em 11/03/2026, às 14:51.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **ad5e4aea-f39d-4098-9a78-a790a8430fe7**
